



GT 66. Poder, diferença e transformação na África Contemporânea

Coordenador(es):

Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Paulo Ricardo Muller (UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul)

Os estudos africanos no Brasil vêm se consolidando a partir da organização de grupos de pesquisa, GTs em congressos de Ciências Sociais, Antropologia e História e seminários, assim como pela publicação de livros e dossiês em revistas sobre o tema. A Antropologia, de modo especial, vem se dedicando à compreensão de disputas em torno da construção social da contemporaneidade a partir da diversificação e complexificação de olhares sobre processos e narrativas constitutivas de diferentes contextos socioculturais africanos. Visando criar mais uma possibilidade de diálogo entre pesquisadores que se debruçam sobre temas concernentes ao continente africano, acolheremos trabalhos de viés etnográfico, teórico e/ou histórico que pensem questões referentes aos aspectos políticos, simbólicos e práticos que permeiam processos sociais e históricos de diferenciação e de articulação entre diferentes configurações de poder “tradicional” e estatal, colonial e pós-colonial, religioso e secular, institucional e informal, etc.

Construções identitárias e nacionais na Guiné-Bissau: o caso dos Fulas de Gabú

Autoria: Érico de Souza Brito (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Esta comunicação pretende apresentar um debate sobre a construção da nação na Guiné-Bissau com foco na etnia mais numerosa daquele país, os Fulas. A partir de um contexto em que grande parte dos Fulas lutou ao lado dos portugueses durante a luta de independência da Guiné-Bissau, foi derrotada, sofreu a imposição de uma identidade nacional e, apesar disso, parece transitar por várias esferas de governo, interessa compreender as relações, alianças, disputas e demais práticas que configuram a etnicidade e nacionalidade entre os Fulas de Gabú. O processo de construção da nação guineense se iniciou antes da independência (declarada em 1973, e reconhecida em 1974) e se estende até os dias de hoje. Dentro deste processo, a questão étnica surge como um fator de peso na construção das alianças e nas ocupações de cargos de poder dentro da estrutura do Estado. Neste complexo processo político, pretendo debater, a partir de uma pesquisa bibliográfica e etnográfica, quais elementos identitários e/ou relações são acionadas pelos Fulas e em que circunstâncias, ou seja, como este processo de construção nacional influencia a autoidentificação dos Fulas e como estes se inserem também dentro deste projeto de construção nacional. A etnografia desta pesquisa foi realizada durante cerca de três meses na cidade de Pitche, que se situa no setor administrativo de mesmo nome, e que se encontra em uma região próxima às fronteiras com a Guiné-Conacri e com o Senegal. Isto faz desta área uma região de muita circulação de pessoas, sobretudo de Fulas que vêm destes dois países e que também se somam aos chamados Fulas de Gabu, que são os Fulas que habitam esta região da Guiné-Bissau. Assim como a nacionalidade guineense vai sendo construída ao longo do tempo, da mesma forma a etnicidade é uma construção que não necessariamente tem sua origem em períodos longínquos do tempo. O intuito desta apresentação será também apresentar alguns dados coletados em campo que mostram como se dá a construção identitária pelos Fulas de Gabú, levando-se em conta que a etnicidade não é algo cristalizado no tempo, mas sim uma constante negociação entre os atores.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: